



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

NOTA TÉCNICA Nº 20/2024/CGIC/CGPIC/DPB

PROCESSO Nº 23038.010591/2023-04

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DE SUPERVISÃO TÉCNICA DAS CONTRATAÇÕES DE CONTEÚDO CIENTÍFICO, DIRETORIA DE PROGRAMAS E BOLSAS NO PAÍS, COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, DIVISÃO DE CONTRATOS

À Coordenação Geral do Portal de Periódicos e Informação Científica

Assunto: Avaliação da base de dados *Journal Citation Report* (JCR).

1 OBJETO DE CONTRATAÇÃO

A presente Nota Técnica trata da base de dados *Journal Citation Report* (JCR) e sua assinatura para disponibilização à comunidade científica brasileira por meio do Portal de Periódicos da CAPES.

O grande número de publicações em todo o mundo e sobre diversos assuntos torna difícil e complexa para pesquisadores a tarefa de identificar e obter acesso a conteúdos relevantes para o desenvolvimento de pesquisas científicas. Realizar tal tarefa envolve conhecimento sobre as publicações, mediante instrumentos que permitam a obtenção de dados consistentes sobre a produção científica e sobre a localização de documentos relevantes.

De acordo com Cunha (2016), o conhecimento e o uso regular e efetivo de fontes de informação científica e tecnológica permitem o sucesso na pesquisa, desenvolvimento e inovação, como também em quaisquer atividades ligadas à ciência e tecnologia. Além de ajudar a evitar a duplicação de trabalhos previamente realizados, gerando economia de tempo e de recursos materiais, humanos e financeiros, o uso dessas fontes de informação serve de inspiração para novas ideias e para a criação de novos conhecimentos.

Ainda, segundo Cunha (2016), as principais características comuns das fontes de informação científica e tecnológica são:

- formatos: aparecem em diferentes formatos, incluindo periódicos, relatórios técnicos, manuais e patentes. Alguns, como as patentes, são mais comuns nas áreas tecnológicas. Como as novas tecnologias de informação continuam a se desenvolver, a literatura de informação científica tecnológica também será arquivada e disseminada nos novos formatos;
- universalidade: cientistas e engenheiros, dispersos pelas várias regiões do globo, utilizam em seus trabalhos as mesmas fórmulas, tabelas e medidas. Essa característica faz com que a metodologia e os resultados de determinada pesquisa sejam compreendidos por especialistas de todos os países;
- acumulação dos conhecimentos: diferentemente de outras disciplinas, a ciência e a tecnologia são construídas com informações coletadas ao longo do tempo; assim, o cientista e o engenheiro não precisam reinventar uma informação básica que já se encontra disponível nas diversas fontes de informação.

Tais características estão presentes no objeto de análise, os quais serão explicitados na caracterização da base de dados *Journal Citation Report*. Outra informação importante para entendimento do objeto consiste em saber a qual categoria de documento ou fonte de informação ele pertence. De acordo com Grogan (1970 *apud* Cunha, 2016), os documentos ou fontes de informação podem ser divididos em três categorias:

- primárias: contêm, principalmente, novas informações ou novas interpretações de ideias e/ou fatos

acontecidos; alguns podem ter o aspecto de registros de observações (como, por exemplo, os relatórios de expedições científicas) ou podem ser descritivos (como a literatura comercial);

- secundárias: contêm informações sobre documentos primários e são arranjados segundo um plano definitivo; são, na verdade, os organizadores dos documentos primários e guiam o leitor para eles;
- terciárias: têm como função principal ajudar o leitor na pesquisa de fontes primárias e secundárias, sendo que, na maioria, não trazem nenhum conhecimento ou assunto como um todo, isto é, são sinalizadores de localização ou indicadores sobre os documentos primários ou secundários, além de informação factual.

De acordo com as categorias apresentadas, da base de dados JCR configura-se como fonte de informação terciária, uma vez que trazem dados sobre fontes primárias e secundárias, no caso, o impacto de periódicos e métricas que auxiliam na comparação entre as produções científicas.

Entende-se por base de dados uma coleção de dados eletronicamente armazenada ou unidades de registros (fatos, dados bibliográficos, textos), com uma interface comum e *software* para recuperação e manipulação de dados (NISO *apud* COUNTER *in* Carvalho, 2011, p. 5). Esta coleção de dados pode estar disponível publicamente, ou aos assinantes da base, mantidos num computador hospedeiro ou servidor acessível por meio de rede de telecomunicações (Rowley, 2002). Trata-se de um serviço de organização da informação eletrônica que pode estar relacionada com determinado assunto, vários assuntos ou ser multidisciplinar com uma interface de usuário comum e *software* para permitir a recuperação da informação.

Boa parte das bases de dados são proprietárias, disponíveis mediante assinatura com acordos de licenciamento junto aos fornecedores ou editores, ou diretamente dos serviços de indexação e resumos que as criou (ODLIS *apud* Carvalho, 2011, p. 5).

Existem diferentes tipos de bases de dados, conforme apresentado a seguir.

1.1 Bases de dados de referências

Remetem ou encaminham o usuário a outra fonte, como um documento, uma pessoa jurídica ou pessoa física, para que se obtenha, fora da base, informações adicionais ou o texto completo de um documento. Alguns tipos de bases de dados de referências são:

- Base de dados bibliográficos: incluem citações ou referências bibliográficas e, às vezes, resumos de trabalhos publicados. Informam ao usuário sobre o que foi publicado e onde se publicou (por exemplo, em determinado periódico, ou anais de um congresso) e, na hipótese de a base conter resumos, apresentam uma síntese do conteúdo do documento original (Rowley, 2002). Os registros da base geralmente contêm a descrição de um documento específico ou item bibliográfico, usualmente recuperável por autor, título, assunto, ou descritor, e palavras-chave;
- Bases de dados catalográficos: mostram o acervo de determinada biblioteca ou rede de bibliotecas (Rowley, 2002);
- Bases de dados referenciais: base de dados que referencia informações ou dados como nomes e endereços de instituições, e outros dados típicos de cadastros (Rowley, 2002).

1.2 Bases de dados de fontes

As bases de dados de fontes contêm os documentos eletrônicos juntamente com dados originais. Após ter feito uma consulta bem-sucedida numa base de dados de fontes, o usuário terá em mãos as informações de que precisa, sem ter de buscá-las em outra fonte (como faria no caso das bases de dados de referências). As bases de dados de fontes podem ser agrupadas, segundo seu conteúdo, em:

- Base de dados de texto integral (*full-text database*): além da descrição do documento, contém o texto completo de livros, capítulos de livros, dissertações, artigos de periódicos, revistas, jornais ou outros tipos de documentos textuais. Consideramos também como bases de textos integral aquelas que apresentam verbetes de dicionários e enciclopédias;
- Base de dados multimídia: apresenta informações armazenadas numa mescla de diferentes tipos de meios, como som, vídeo, fotografias, textos e animação (Cunha; Cavalcanti, 2008);
- Base de dados numéricos: contém informação numérica, como dados estatísticos, comerciais,

demográficos (Cunha; Cavalcanti, 2008);

- Base de dados textuais e numéricos: contém uma mistura de dados textuais e numéricos (como, por exemplo, relatórios anuais de empresas) e dados de manuais;
- Base de patentes: relaciona patentes de uma determinada área.

1.3 Definição do objeto de contratação

O objeto de contratação é a base de dados *Journal Citation Report*, a qual se trata de uma base de dados numéricos. Esta Nota Técnica analisa detalhadamente da base de dados na seção 3, em Descrição da Solução.

2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Em referência às demandas pela base de dados JCR (SEI 2278656, SEI 2281250, SEI 2281950, SEI 2281957, SEI 2281963, SEI 2281969) e o Documento de Qualificação da Demanda (SEI 2282931) constata-se a necessidade de as instituições participantes do Programa de Apoio à Disseminação de Informação Científica e Tecnológica (PADICT) - Portaria CAPES nº 275, de 4 de dezembro de 2023 - terem acesso aos conteúdos oferecidos pela Clarivate visando desenvolver atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), bem como formação de recursos humanos altamente capacitados.

2.1 Justificativa para a contratação

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, apresenta vinte metas, entre elas a de "Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação stricto sensu" (Brasil, 2014). Face às assimetrias identificadas no Sistema de Pós-Graduação torna-se necessária a promoção de programas e a oferta de recursos informacionais que proporcionem não apenas mais estudos e pesquisas, mas que vise também a qualidade e a redução das diferenças, bem como estabeleça estratégias para equacionar o problema de acesso desigual à Pós-Graduação.

A assinatura ou aquisição de recursos informacionais científicos de qualidade contribuem para o avanço do ensino e da pesquisa brasileira, assim como garante maior capacidade de inovação e inserção internacional, elevando a competitividade do país em relação aos principais centros de desenvolvimento científico e tecnológico.

É importante ressaltar que as universidades possuem três pilares que sustentam suas atividades, sendo eles o ensino, a pesquisa e a extensão. Conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (Brasil, 1988). A disponibilidade de periódicos científicos de qualidade impacta na capacitação de pesquisadores e compreende insumo para o desenvolvimento de pesquisa, um dos pilares das universidades.

O texto constitucional ainda traz outros artigos que dão apoio à necessidade de contratação de conteúdos que causem impacto positivo na pesquisa brasileira. O parágrafo segundo do artigo 213 informa que "As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público" (Brasil, 1988). E ainda em seu artigo 218 é informado o apoio que o Estado dará ao desenvolvimento científico, conforme texto abaixo:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho (Brasil, 1988).

Tendo em vista o exposto, oferecer acesso a periódicos científicos nacionais e internacionais é uma das importantes formas de promover e incentivar o desenvolvimento científico do país em conformidade ao que preceitua a Constituição Federal Brasileira.

2.2 Alinhamento estratégico e institucional para a contratação

A disponibilidade de acesso ao conteúdo da base de dados JCR para a comunidade científica e acadêmica brasileira está alinhada ao Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê em seu item 14.7 “manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência” (Brasil, 2014).

Previsto no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentárias Anual (LOA) como parte integrante da Ação 2317 – Acesso à Informação Científica e Tecnológica da CAPES/MEC, o Portal de Periódicos CAPES tem como missão promover o fortalecimento dos programas de pós-graduação no Brasil por meio da democratização do acesso *online* à informação científica internacional de alto nível. Neste sentido, a assinatura de bases de dados contribui com o propósito do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP) cujo resultado é a biblioteca virtual da CAPES e, consequentemente, o apoio à capacitação de membros dos programas de pós-graduação brasileiros.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Segundo informações obtidas no *website* da organização, a Clarivate é uma empresa dedicada a oferecer serviços de informação baseados em conhecimento de domínio em todo o espectro de conhecimento, pesquisa e inovação (Clarivate, c2024e). A Clarivate apresenta em seu portfólio produtos e serviços principalmente nas seguintes áreas: pesquisa acadêmica, governo, ciências da vida, ciências da saúde e propriedade intelectual. Dentre os produtos oferecidos, destaca-se a base de dados Journal Citation Report, publicada a primeira vez em 1976 como parte do Science Citation Index (SCI) e do Social Sciences Citation Index (SSCI).

Os dados disponíveis na base JCR, são resultados das análises das publicações avaliadas pela plataforma Web of Science Core Collection, propriedade também da Clarivate. O processo de seleção dos periódicos é realizado após a submissão dos periódicos para a entrada na base de dados Web of Science Core Collection. Esse processo de seleção compõe-se de 3 etapas de avaliação (triagem inicial, triagem editorial e avaliação da política editorial) considerando 24 critérios definidos pela comissão editorial da base de dados (Clarivate, c2024d). Conforme informações disponibilizadas pela Clarivate, a comissão editorial não se envolve e não é responsável pela gestão editorial de qualquer revista ou pelas práticas comerciais de editoras. Os editores dos periódicos são responsáveis pelo desempenho e pela conformidade com os padrões éticos de publicação científica. Se a política editorial ou as práticas comerciais de um editor impactarem negativamente a qualidade de um periódico ou seu papel na literatura sobre o assunto, os editores da *Web of Science* poderão se recusar a incluir o periódico em qualquer produto ou serviço da Clarivate. Além disso, os editores da Web of Science Core Collection, a seu exclusivo critério, podem remover títulos da cobertura a qualquer momento se os títulos não manterem o padrão de qualidade - como o caso dos periódicos predatórios -, não cumprirem os padrões éticos ou não atenderem aos critérios determinados pelos editores da Web of Science Core Collection. Se um periódico for removido da cobertura, a revista deixará de ser indexada na Web of Science Core Collection, o que consequentemente impactará na base JCR.

Quanto às decisões editoriais da Clarivate, essas são conduzidas pelos editores internos que, segundo a organização, não têm afiliações com editores ou institutos de pesquisa. Isso tem como intuito de remover potencial viés ou conflito de interesse (Clarivate, c2024c).

Atualmente, a JCR indexa mais de 21 mil periódicos, de cerca de 250 áreas do conhecimento, de aproximadamente 5 mil editoras e distribuídas em 118 países ou regiões. A base JCR oferece dados quantitativos e descritivos que permitem os profissionais da informação tomar decisões sobre a assinatura, aquisição, arquivamento e desbaste de periódicos de suas coleções com maior embasamento. Já aos editores e fornecedores, a base permite determinar a influência de seus periódicos no mercado e revisar funções editoriais. Para os pesquisadores, a JCR possibilita a identificação dos periódicos mais influentes e em quais deles publicar e, aos gestores de pesquisa e analistas de informação, permite mapear publicações e padrões de citações para auxiliar decisões estratégicas e políticas. Além disso, a base JCR conecta o usuário a publicações acadêmicas e a conteúdos científicos de impacto, permitindo identificar tendências emergentes e potenciais colaboradores.

Há ainda a possibilidade de identificar o percentual de acesso aberto do periódico ou se o mesmo é totalmente de acesso aberto.

Cada perfil de periódico no JCR fornece uma ampla variedade de métricas de inteligência de periódicos, permitindo que os usuários filtrem e classifiquem os periódicos por categoria. Essas métricas incluem:

- Journal Impact Factor (JIF) que dimensiona as citações recebidas para conteúdo recente por uma medida do tamanho da produção acadêmica da revista;
- índice de Imediatismo que mede a frequência com que o conteúdo da revista é citado no mesmo ano da publicação;
- meia-vida de citações que é a idade mediana, em anos, dos itens do periódico que foram citados durante o ano do JCR;
- Journal Citation Indicator (JCI) que representa o impacto médio da citação normalizada por categoria para artigos publicados no período de três anos anterior.

Esta última métrica citada, foi incluída na base em 2021, que tem como objetivo complementar o fator de impacto e as demais métricas comumente utilizadas pela comunidade de pesquisadores. Ao normalizar os parâmetros para diferentes campos de pesquisa e suas taxas de publicação, a JCI fornece uma única métrica em nível de periódico que pode ser interpretada e comparada entre disciplinas.

3.1 Metodologia de Avaliação da base de dados

A utilização de critérios permite um enfoque objetivo da atividade de seleção, já que diante do crescimento da produção científica e dos recursos insuficientes para a aquisição de conteúdos é preciso adotar parâmetros que norteiem a opção por determinados conteúdos em detrimento de outros. Dessa forma, a base de dados JCR foi avaliada de acordo com os critérios apresentados na Nota Técnica 03 (SEI 2308109), conforme as características da base de dados e critérios que se baseiam nas orientações de Vergueiro (2010).

Adicionalmente aos processos de avaliação já praticados no Portal de Periódicos, observou-se aspectos relacionados a preservação digital do conteúdo, presença de texto completo, assinatura da base por universidades de referência internacional, facilidade de navegação, compatibilidade com serviço de descoberta, presença de conteúdo de acesso aberto, presença de tesouros, possibilidade de exportação de dados, presença de embargo, qualidade dos títulos que compõem a base, período de cobertura, representação dos comitês de avaliação da base, entre outros.

3.2 Avaliação da base de dados numéricos JCR, da Clarivate

A avaliação da base de dados JCR foi realizada a partir da observação dos recursos disponíveis para busca e visualização dos resultados, análise dos conteúdos e da documentação sobre a base presente no *website* da Clarivate.

Os critérios foram estruturados em dois conjuntos. O primeiro trata da avaliação de conteúdo e o segundo dos requisitos técnicos para resultados e opções de busca. Para facilitar a aplicação e visualização de cada critério na avaliação foi elaborado o quadro abaixo que apresenta cada critério, juntamente com a avaliação do item, assim como alguns casos em que determinado critério não se aplica.

Quadro 1 – Avaliação da base de dados numéricos JCR, da Clarivate .

Itens de avaliação		Avaliação
Em relação ao conteúdo		
1	Tipo de Base	Numérico
2	Tipologia documental	Dados numéricos e descritivos
3	Autoridade	A Clarivate é uma organização internacional fundada em 1864, com a Zoological Record, o mais antigo banco de dados de biologia animal do mundo. Ao longo dos anos, a empresa adicionou uma gama de análises e conteúdo considerados confiáveis e construiu algumas marcas mundialmente conhecidas como Web of Science, Cortellis, Derwent. Hoje, a Clarivate possui mais de 11.000 colaboradores localizados em todo o mundo e se tornou uma empresa de capital aberto, listada na Bolsa de Valores de Nova York. Atualmente, a empresa oferece produtos relacionados a ferramentas de pesquisa, análises e busca de patentes, bem como soluções para o mercado farmacêutico (Clarivate, c2024b).

4	Precisão	O conteúdo disponível na base de dados é apresentado de forma precisa, recuperado a partir de busca simples ou utilizando filtros.
5	Imparcialidade	Os dados disponíveis na base de dados JCR, são resultados das análises das publicações avaliadas contidas na Web of Science Core Collection. Segundo informações disponibilizadas pela Clarivate, a comissão editorial não se envolve e não é responsável pela gestão editorial de qualquer revista ou pelas práticas comerciais de editoras. Os editores dos periódicos são responsáveis pelo desempenho e pela conformidade com os padrões éticos de publicação. Se a política editorial ou as práticas comerciais de um editor impactarem negativamente a qualidade de um periódico ou seu papel na literatura sobre o assunto, os editores da Web of Science Core Collection poderão se recusar a incluir o periódico em qualquer produto ou serviço da Clarivate. Além disso, os editores da base, a seu exclusivo critério, podem remover títulos da cobertura a qualquer momento se os títulos não manterem o padrão de qualidade - como o caso dos periódicos predatórios -, não cumprirem os padrões éticos ou não atenderem aos critérios determinados pelos editores da Web of Science Core Collection. Quanto às decisões editoriais da Clarivate, essas são conduzidas pelos editores internos que, segundo a organização, não têm afiliações com editores ou institutos de pesquisa. Isso tem como intuito remover potencial viés ou conflito de interesse (Clarivate, c2024c).
6	Atualidade	O fator de impacto JCR é atualizado anualmente, mas os dados da Web of Science Core Collection recebe atualizações diárias.
7	Cobertura e Tratamento	A JCR indexa mais de 21 mil periódicos de cerca de 250 áreas do conhecimento, distribuídos em 118 países ou regiões de aproximadamente 5 mil editoras.
Em relação ao usuário		
8	Conveniência	A JCR possui recursos de busca simples que permitem ao usuário recuperar dados por meio do título do periódico, ISSN/eISSN, área do conhecimento, editor e países/região. Há possibilidade de realizar o <i>download</i> de até 600 registros em formato CSV e XLS e aplicar filtros nos resultados de buscas do tipo ' <i>citation indexes</i> ', ' <i>JCR year</i> ', ' <i>Open access</i> ', ' <i>JIF Quartile</i> ', ' <i>JIF Range</i> ', ' <i>JCI Range</i> ' e ' <i>JIF Percentile</i> '.
9	Idioma	A interface de pesquisa na base de dados JCR está disponível somente em língua inglesa.
10	Relevância	A JCR atende usuários de universidades e instituições de pesquisa, tornando-se relevantes aos discentes, docentes e pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação de todas as áreas do conhecimento da Tabela CAPES, pois mensura o impacto e citações de periódicos de títulos diversos. Trata-se de uma base necessária para análise da relevância de títulos para assinatura pelo Portal de Periódicos da Capes.
11	Estilo	O estilo é adequado aos usuários do Portal de Periódicos, visto que se trata de público de Ensino Superior, e a da base de dados recupera dados de publicações e dados de citações destinadas aos pesquisadores e aos públicos acadêmico e governamental.
Aspectos adicionais		
12	Contribuição potencial	A assinatura da base de dados JCR tem a contribuir com o desenvolvimento do acervo do Portal de Periódicos, na busca por conteúdo de relevância tanto pela CAPES quanto na escolha de periódicos e artigos por parte de acadêmicos e pesquisadores de todas as áreas do conhecimento. Os discentes, docentes, pesquisadores e profissionais do Portal de Periódicos têm necessidades de dados sobre os títulos analisados pela base JCR para que possam desenvolver suas pesquisas e considerar o impacto das publicações como um dos critérios para seleção de conteúdo.
13	Aspectos especiais	• facilidade de navegação e consulta; • espaço com possibilidade de cadastro do usuário para gerenciamento de lista de favoritos podendo editar e apagar as listas; • categorização e apresentação dos periódicos por grupos temáticos, por editoras e por países/regiões; • hiperlink para relatório da editora na ferramenta Incites; • exportação/<i>download</i> dos dados nos formatos csv e xls; • filtro por ano dentro da categorização dos periódicos.
Critérios complementares		
14	Preservação Digital	A política de preservação digital segue as diretrizes da base de dados principal Web of Science Core Collection.

15	Disponibilidade dos dados para bases de textos completos	Não se aplica, pois não apresenta texto completo.
16	Relação da empresa detentora da base com as sociedades especialistas	Não se aplica. Os dados disponíveis na base JCR são de propriedade da Clarivate. A consulta e os dados de citação são provenientes da Web of Science Core Collection.
17	Data de criação	A Clarivate surgiu em 1864, porém a primeira publicação da JCR foi publicado pela primeira vez somente em 1976.
18	Acordos com governo e ou universidades	A base de dados JCR apresenta soluções para uso acadêmico e em políticas públicas, porém a plataforma não apresenta informações sobre parcerias entre esses e a Clarivate.
19	Número de representantes	A base de dados JCR é exclusiva da Clarivate.
20	Distribuição geográfica	Os dados apresentados pela JCR cobre periódicos de 118 países ou regiões.
21	Tipo de material embarcado	Dados numéricos e descritivos de periódicos acadêmicos.
22	Período de cobertura	A JCR fornece dados de 1997 a 2022, com atualização do fator de impacto anualmente.
23	Coleções retrospectivas	Não é possível acessar os dados anteriores ao ano 1997.
24	Compatibilidade com a descoberta	O Portal de Periódicos direciona o usuário - enquanto participante da assinatura - para a base de dados JCR possibilitando a recuperação dos dados desejados.
25	Apresenta gerenciadores de referências?	Não apresenta gerenciadores de referência.
26	Há exportação de dados?	Sim. Há possibilidade de <i>download</i> de até 600 registros nos formato csv e xls.
27	Presença de embargo?	Não se aplica.
28	Tutoriais em Português	Não há guia do usuário em Português.
29	Presença de tesouros	Apresenta somente a categorização dos periódicos de acordo com as áreas temáticas cadastradas na base de dados Web of Science Core Collection possibilitando o agrupamento.
30	Crítérios de qualidade dos títulos que compõe a base	A JCR não oferece acesso ao texto completo dos artigos de periódicos, apresenta as métricas referentes aos dados dos periódicos contidos na base de dados Web of Science Core Collection. O processo de seleção dos periódicos é realizado após a submissão dos periódicos para a entrada na base de dados Web of Science Core Collection. Esse processo de seleção compõe-se de 3 etapas de avaliação (triagem inicial, triagem editorial e avaliação da política editorial) considerando 24 critérios (Clarivate, c2024d).
31	Frequência de atualização	A base JCR é atualizada constantemente de acordo com as alterações que ocorrem na Web of Science Core Collection. Já o fator de impacto é atualizado anualmente (Clarivate, c2024d).
32	Apresenta duplicidade	Não se aplica, visto que trata-se de uma base de dados que aplica critérios próprios, diferente das demais.
33	Reavaliação da base	Sim.
34	Forma de tratamento de periódicos de acesso aberto	A base de dados não apresenta diferenciação entre dados de periódicos por assinatura e periódicos de acesso aberto. A característica 'acesso aberto' é um dos dados exibidos no conjunto. Sendo apresentado o percentual anual de artigos em acesso aberto no caso de periódicos híbridos e o ano de abertura para periódicos totalmente de acesso aberto.
35	Controle de citação	Não se aplica, pois trata-se de uma base de dados que avalia, dentre outros aspectos, o número de citações.
36	Atualização automática de índices de impacto	Não se aplica, pois se trata-se de uma base de dados que avalia, dentre outros aspectos, o fator de impacto de periódicos.
37	Controle de parceria com os países não membros da ONU	Não foram encontradas informações sobre este critério.

38	Há representação mundial dos comitês de avaliação?	O <i>website</i> da Clarivate afirma que conta com curadoria de uma equipe especializada formada por editores internos. A organização possui mais de 11.000 colaboradores localizados em todo o mundo.
----	--	--

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A partir do exposto no Quadro 1, constata-se que a base de dados numérica JCR atende a diversos critérios de qualidade estabelecidos na Nota Técnica 03 (SEI 2308109). No Quadro 1, apresenta-se 38 aspectos de análise, sendo que os dois primeiros se referem apenas a uma descrição da base, e não podem ser considerados como positivos ou negativos. Dos 36 critérios restantes, não foi possível avaliar 01 aspecto da base de dados por falta de informações disponíveis. Restaram então 35 aspectos, dos quais 32 foram avaliados de forma favorável. Os três itens de avaliação que tiveram um parecer desfavorável se referem ao idioma da plataforma em inglês, a ausência de tutoriais em português e também a ausência de gerenciadores de referências. Apesar destes pontos desfavoráveis, a base de dados atende a maioria dos critérios. Sendo assim, considera-se que estes aspectos não representam impedimento para contratação e que a base de dados atende às necessidades de informações dos usuários do Portal de Periódicos. A partir das avaliações, **recomenda-se a assinatura da base de dados JCR.**

Ressalta-se a necessidade da Clarivate de atender aos requisitos de contratação, listados na seção “Requisitos de Contratação”, principalmente na disponibilização de materiais didáticos em português para suporte aos pesquisadores e estudantes brasileiros.

3.4 Classificação de áreas do conhecimento

A classificação dos conteúdos selecionados é necessária, pois permite a análise do perfil das instituições com a finalidade de estabelecer o público alvo e potencial que utilizará o conteúdo contratado. A metodologia de classificação do conteúdo se baseou na análise das áreas cobertas pela base de dados avaliada, bem como informações disponíveis no *website* da editora.

Com a finalidade de padronizar e facilitar a criação de vínculos entre os Programas de Pós-Graduação Brasileiros e os conteúdos selecionados, a Tabela de Áreas da CAPES foi adotada como instrumento de classificação dos conteúdos avaliados. Ela é o instrumento utilizado na classificação dos Programas de Pós-Graduação e possui três níveis, sendo o primeiro nível a Grande Área, seguido pela Área de Avaliação e, por fim, a Área Básica.

Assim, verificou-se que a base de dados JCR atende **todas as áreas de conhecimento** da CAPES.

4 REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

Visando a otimização da prestação dos serviços de informação e gestão do conteúdo, especificamos a seguir os requisitos que devem ser observados pelo editor ou fornecedor na elaboração da Proposta Comercial e ao longo da vigência da assinatura. Sobre a forma de envio de dados, disponibilizaremos modelos de planilhas e orientações para preenchimento dos dados.

As planilhas auxiliam na compreensão dos dados e informações que podem ser de difícil visualização no texto da Proposta Comercial. No entanto, somente o envio das planilhas não exime o editor de apresentar o texto da Proposta com a descrição dos aspectos técnicos dos conteúdos oferecidos.

4.1 Requisitos de informações sobre o conteúdo e forma de assinatura

A provedora das bases deve apresentar a forma como disponibiliza seu conteúdo, ou seja, explicitar se os seus conteúdos são oferecidos para assinatura como itens de base de dados, e que podem ser alterados sem prévio aviso, caracterizando o serviço como agregador de outras editoras. Ou ainda, se os itens presentes na plataforma são assinados como títulos individuais de periódicos, coleções correntes de periódicos, ou ainda, coleções retrospectivas de periódicos. A forma como a provedora disponibiliza seu conteúdo tem impacto na assinatura do serviço de informação, assim como na gestão do conteúdo assinado, pois deve-se considerar os direitos de acesso, as possibilidades de mudanças dos conteúdos oferecidos e demais aspectos da prestação do serviço. Para tanto, considera-se o conceito de:

- Assinatura (*subscription*): Compreende acordo ou contrato relativo ao acesso a um recurso, serviço, periódico, conjuntos de periódicos ou bases de dados durante período determinado, mediante pagamento de uma importância fixada antes do início da entrega. Pode ser anual, ou por período

superior.

Assinatura corrente se refere à assinatura de periódico com publicações regulares e que está em vigência em determinado período. Ao se contratar o serviço de acesso a um periódico por meio de assinatura, o editor deve informar quais volumes, ou anos de publicação, estão contemplados no direito de acesso.

Segundo a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA, 2012), ao contrário das publicações impressas, os recursos eletrônicos não são adquiridos a título definitivo e geralmente requerem um contrato de licença de utilização (*license agreement*). O tipo de licença deve ser informado pelo editor para garantir que ela atenda as expectativas do assinante.

A assinatura pode ser referente a um periódico, coleção de periódicos, base de dados, soluções de tecnologia da informação, entre outros. Para esta Nota Técnica destaca-se a base de dados, como tipo de serviço disponível para assinatura, tal como descrito na definição do objeto de contratação:

- Base de dados: compreende uma coleção de dados eletronicamente armazenada ou unidades de registros (fatos, dados bibliográficos, textos), com uma interface comum e *software* para recuperação e manipulação de dados (NISO *apud* COUNTER *in* Carvalho, 2011, p. 5). Esta coleção de dados encontra-se disponível às instituições e usuários assinantes, ou, mantidos num computador hospedeiro ou servidor acessível por meio de rede de telecomunicações (Rowley, 2002). Trata-se de um serviço de organização da informação eletrônica que pode estar relacionada com determinado assunto, vários assuntos ou ser multidisciplinar com uma interface de usuário comum e *software* para permitir a recuperação da informação.

Boa parte das bases de dados são proprietárias, disponíveis mediante assinatura com acordos de licenciamento junto aos fornecedores ou editores, ou diretamente dos serviços de indexação e resumos que as criou (ODLIS *apud* Carvalho, 2011, p.5).

Os provedores de serviços de base de dados, portais de informação ou bases de conhecimento são considerados Agregadores (*Full text host*), ou seja, aglutinador de conteúdos. Desta forma, oferecem serviço bibliográfico que provê acesso *online* ao texto digital completo de periódicos publicados por diferentes editoras (Reitz, c2014).

Nestes casos, a assinatura não se refere a cada título de periódico, mas ao serviço de informação que compreende busca e descoberta de documentos em diversas fontes selecionadas e agregadas pelo editor. Portanto, os títulos agregados pelo editor podem mudar, mesmo durante vigência da assinatura.

As bases de dados, por sua vez, podem oferecer acesso a referências de documentos, ou ainda textos integrais dos documentos, tais como:

- Periódico (*Journal*): publicação contínua sob mesmo título, publicado em intervalos regulares, com numeração contínua. É uma publicação seriada, que é um conjunto continuado e crescente de artigos originais de um título (COUNTER *apud* Carvalho, 2011, p. 6), dentro do foco e escopo determinado pelo seu corpo editorial. Um título de periódico é identificado pelo seu número único, o ISSN. Os periódicos científicos, ou acadêmicos, disseminam pesquisas originais, comentários ou revisões bibliográficas e geralmente são revisados por pares.
- Monografia: publicação não periódica e que apresenta mais de 49 páginas. Contém a descrição exaustiva de uma matéria, abordando aspectos científicos, históricos, técnicos, econômicos ou artísticos (Cunha; Cavalcanti, 2008). Podem ser livros, teses, dissertações.
- Outros tipos de recursos multimídia e numéricos como vídeos, imagens, dados estatísticos, etc.

Para prosseguimento do processo de avaliação da assinatura, a provedora da base deve prover informações sobre os conteúdos indexados na base de dados em listas Kbart^[3], como anexo da Proposta Comercial. Além disso, visto que o conteúdo das bases de dados pode ser alterado sem prévio aviso, solicitamos que a cada seis meses, contados a partir do início da vigência do contrato, a editora envie à Coordenação-Geral do Portal de Periódicos e Informação Científica, uma lista dos conteúdos indexados de forma atualizada para que possamos averiguar a manutenção da qualidade do conteúdo disponibilizado aos usuários.

Algumas das informações solicitadas sobre os documentos indexados na base são as seguintes:

- Título do documento;
- Códigos identificadores, tal como ISSN, eISSN ou ISBN;
- Período de publicação indexado na base de dados.
- Período de publicação com texto completo, quando aplicável;
- Para monografias, data da publicação;
- Informações de embargo, quando aplicável;
- Notas com demais informações que o editor considerar relevante;
- Nome do editor;
- Tipo de publicação;
- Tipo de acesso: gratuito ou pago. Neste campo indicam-se os conteúdos que podem estar acessíveis sem custos ao assinante da base, e que não necessariamente são documentos de acesso aberto.
- Política de acesso do documento: se compreende um periódico de acesso aberto, acesso fechado, híbrido ou acesso tardio. Inclui, ainda, monografia de acesso aberto ou acesso fechado.

Em relação ao último item, que trata de informações sobre acesso aberto, solicitamos a observação do item seguinte “Requisitos de informações sobre políticas de acesso aberto”, onde se apresenta o que o Portal de Periódicos da CAPES considera como publicação de acesso aberto.

Além da planilha Kbart, o editor deverá preencher todos os formulários, enviados em anexo, com informações sobre:

- Forma de assinatura do conteúdo: periódico, item de coleção de periódico, item de base de dados, ou *backfile*;
- Presença de direito ao acesso perpétuo;
- Serviço utilizado para acesso perpétuo;
- Período contemplado com acesso perpétuo;
- Titular dos direitos de *copyright*;
- Informações sobre preservação digital e política de acesso descritas no item anterior deste documento e nos modelos de formulários, em anexo.

Caso a assinatura seja realizada, as informações sobre os conteúdos assinados devem ser enviadas, novamente, em listas Kbart, em formato CSV, organizado por tabulação (TSV) ou em documento Excel no início da execução do contrato. A cada seis meses durante a vigência do contrato, listas atualizadas devem ser enviadas à Coordenação Geral do Portal de Periódicos e Informação Científica.

Ressalta-se que na planilha devem ser registrados somente aqueles títulos aos quais a CAPES e as instituições participantes terão acesso.

Caso a assinatura seja efetuada, o contrato entre a CAPES e a Contratada deve indicar o nome completo, sem abreviações, da base de dados assinada, juntamente com a URL de acesso. Quando aplicável, módulos da base de dados aos quais é realizada a assinatura também devem ser indicados no contrato.

Uma vez contratado o conteúdo, o editor deve informar imediatamente ao Portal de Periódicos os casos em que:

- Periódicos ou outras publicações assinadas forem transferidos para outras editoras;
- Periódicos assinados se tornarem periódicos de acesso aberto durante a vigência do contrato;
- No caso de mudanças de plataformas ou URL, o editor ou representante deve informar a equipe do Portal de Periódicos antes ou imediatamente após as alterações.

As informações requisitadas nesta seção são essenciais para a otimização da gestão dos conteúdos

assinados pela CAPES, e consequente disponibilização dos conteúdos aos usuários.

4.2 Requisitos de acesso

Para a assinatura do conteúdo devem ser observados alguns itens com relação à prestação do serviço referente à concessão do acesso. Neste sentido é desejável que o mesmo seja concedido por meio do cadastramento do IP (*Internet Protocol* ou Protocolo de internet) dos computadores das instituições às quais o conteúdo será disponibilizado, sem limite de acesso simultâneo, e, que o cadastramento das faixas ocorra no prazo de até 48 horas após a assinatura do contrato. Caso se trate de um primeiro cadastramento, no qual é necessário verificar as informações relativas às instituições que acessarão o conteúdo, avaliar os critérios de acesso e averiguar as faixas de IP e domínios, considera-se razoável o prazo de até 5 dias corridos.

O serviço prestado pela provedora de serviço de informação, ou editora, tem natureza contínua ao longo de todo o período de vigência do contrato. É essencial que o acesso seja ininterrupto para garantir que os discentes e docentes de programas de pós-graduação possam consultar os conteúdos 24 horas por dia, 7 dias por semana. O período de vigência do serviço pode ser superior a 12 meses. Exige-se também que ao longo da vigência do contrato a empresa preste serviços de suporte técnico, treinamentos de uso de suas ferramentas aos usuários, além da infraestrutura de acesso e preservação do conteúdo.

O conteúdo oferecido pela editora, provedora ou representante deve ser acessível e passível de descoberta por meio dos sistemas de busca utilizados no Portal Periódicos CAPES. Caso haja problemas de integração com os sistemas do Portal, a editora deve ter equipe de suporte disponível para solucionar as questões que porventura surgirem.

4.3 Requisitos de relatórios de uso

A assinatura da(s) base(s) também deve prever a disponibilidade de relatórios de uso de forma a permitir: a identificação do quantitativo de acessos mensais à(s) base(s) por instituição, ou seja, quais bases de dados são acessadas, por quais instituições e quantos acessos ocorrem a cada mês. Quando aplicável, as estatísticas de uso podem ser informadas por módulos da base de dados. Se a base de dados for de texto integral, podem ser informadas estatísticas de acesso por periódico ou monografia da base. As instituições deverão ser identificadas nos relatórios de uso do conteúdo utilizando as siglas e os nomes de acordo com as denominações ou códigos indicados pela CAPES.

Devem estar disponíveis para acompanhamento, relatórios estatísticos de uso do conteúdo contratado, preferencialmente no Padrão COUNTER^[1] *Release 4* ou superior, com adoção do protocolo SUSHI^[2] para coleta automática de dados de uso. Caso não seja possível, a editora ou representante deve oferecer relatórios de uso por meio de coleta automática ou por arquivos nos formatos xls,xlsx, csv, tsv, html, xml ou json, exclusivamente.

4.4 Requisitos de preservação digital

Devem ser previstos meios para assegurar a preservação digital do conteúdo contratado e a manutenção do acesso a esse conteúdo no caso de interrupção devido a fatores adversos como:

- Encerramento das operações da editora ou provedora de serviço;
- Falhas eletrônicas que possam ocorrer com a editora, com perda do acesso ao conteúdo contratado, devido a desastres nos locais onde a respectiva está alocada (e consequentemente, seus arquivos digitais);
- Encerramento das operações de uma base de dados (o serviço deixa de ser oferecido);
- Cancelamento de uma assinatura por parte da CAPES e cujos números contratados até o momento da assinatura devem ficar disponíveis, desde que previsto em contrato (cláusula PCA – *Post Cancellation Access*).

Post Cancellation Access (PCA), ou acesso perpétuo, se refere ao “direito de acessar permanentemente materiais licenciados e pagos durante o período de contrato da licença, conforme definido pela Iniciativa de Gestão de Recursos Eletrônicos da Federação de Bibliotecas Digitais, DLF (Grissom; Knowlton; Scott, 2017). Também entendido como “garantia da posse ao conteúdo assinado após o cancelamento de uma assinatura” (Garcia; Silva; Guimarães, 2017). Pode ser referido como acesso pós-término (*Post-*

termination access).

Neste sentido, é importante que a preservação digital feita pela editora obedeça a uma série de regras e um conjunto de políticas de gestão e atividades necessárias para assegurar a usabilidade duradoura, autenticidade, acessibilidade e descoberta dos conteúdos em longo prazo. Assim, para que a preservação digital ocorra ela precisa atender aos requisitos abaixo:

- Usabilidade: facilidade com que um recurso informacional pode ser utilizado pelo usuário. Ele pode ser medido pelo tempo de aprendizado e o esforço exigido para alcançar determinado nível de desempenho de uso (Cunha; Cavalcanti, 2008). Possui forte relação com o uso, tornando os sistemas intuitivos. Quanto maior for a usabilidade de um sistema mais ele se tornará intuitivo para os seus usuários;
- Autenticidade: qualidade ou condição de autêntico. Num contexto informacional, propriedade de uma informação cuja origem e integridade são garantidas (Cunha, Cavalcanti, 2008). Logo, a proveniência do conteúdo deve ser confirmada e o conteúdo deve ter uma réplica autêntica do original. Esta comprovação de autoria do documento pode ser feita por meio de mecanismos de verificação como o *layout*, tipologia de fontes, vocabulários controlados da época e assinatura digital (Ibict, 2015);
- Acessibilidade: possibilidade de o usuário obter, rápida e corretamente, a informação que procura (Cunha; Cavalcanti, 2008). Um sistema acessível busca eliminar barreiras de acesso ao conteúdo disponível para o uso de uma comunidade apropriada;
- Descoberta: do inglês *discoverability*, está relacionado à recuperação do conteúdo armazenado no sistema. Logo, o sistema deve prover os conteúdos de metadados bibliográficos lógicos para que sejam localizados por usuários finais ao longo do tempo.

Diante dos requisitos apresentados, é necessário que a editora informe como se dá a preservação digital dos seus serviços, apresentando, conforme orientação da IFLA, uma política de arquivamento claramente adequada aos conteúdos licenciados, podendo-se indicar a utilização de serviços de preservação (IFLA, 2012).

A IFLA ainda orienta que o “fornecedor deve conceder acesso ao conteúdo licenciado do recurso para o período mutuamente acordado. A aquisição ou [...] assinatura [...] de dados eletrônicos devem incluir disposições sobre o acesso permanente a esses dados. Após o encerramento do contrato de licença, o acesso eletrônico perpétuo das instituições para o conteúdo anteriormente subscrito deve ser garantido”(IFLA, 2012).

Assim é necessário que a editora informe as cláusulas de acesso perpétuo, ou *Post Cancellation Access* (PCA), bem como o período de acesso que está contemplado na Preservação Digital e no acesso perpétuo. Nestas cláusulas também devem ser informadas as possíveis taxas para o acesso perpétuo, se existe permissão à assinante para armazenar e preservar os conteúdos assinados, assim como os formatos nos quais os arquivos preservados são fornecidos.

4.5 Requisitos de informações sobre políticas de acesso aberto

Em 2017, a CAPES assinou a expressão de interesse da *Open Access 2020* (Max Planck Digital Library, 2019), uma aliança global comprometida com a transição gradual dos atuais modelos de negócios em publicações científicas para um modelo de acesso aberto. A iniciativa OA2020 tem como base a Declaração de Berlim sobre o Acesso Aberto ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades.

A Declaração de Berlim corrobora a Declaração de Budapeste e a Declaração de Bethesda e expande o conceito de acesso aberto, considerando que uma obra em acesso aberto deve permitir a qualquer usuário ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, coletá-los para indexação, introduzi-los como dados em *software*, ou usá-los para outro qualquer fim legal, assim como criar e distribuir trabalhos derivados, em qualquer formato digital e para qualquer propósito, fazendo a devida atribuição de autoria, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à *internet* (Max-Planck-Gesellschaft, 2019; Budapest[...], 2012; Brown *et al.*, 2003).

Em consonância ao que preceitua a Declaração de Berlim, diversos editores e plataformas têm adotado a

licença CC BY^[4] como licença padrão, visto que ela traduz os requisitos e estratégias reafirmados ao longo dos últimos anos no âmbito dos movimentos de abertura do conhecimento científico^[5].

No entanto, as atuais práticas editoriais podem apresentar outros entendimentos de acesso aberto, divergindo das declarações aqui apresentadas. O diretório internacional de periódicos de acesso aberto, Directory of Open Access Journals (DOAJ), considera e registra como títulos de acesso aberto obras que estejam em consonância com uma das sete diferentes licenças do Creative Commons, ainda que algumas não permitam a derivação ou uso comercial. Portanto, ao solicitar informações sobre a produção de acesso aberto das editoras, podemos considerar obras com as seguintes licenças abertas:

- CCO;
- CC BY;
- CC BY-SA;
- CC BY-NC;
- CC BY-NC-SA;
- CC BY-ND;
- CC BY-NC-ND;
- Domínio público;
- Outras licenças diferentes das licenças Creative Commons que permitam leitura, distribuição, impressão, cópia, *download*, reuso, busca e referência por hipertexto.

Ressaltamos que **não consideramos como acesso aberto**:

- Obras que estejam disponíveis gratuitamente apenas em plataforma do próprio editor, não sendo possível fazer o *download* ou incluí-las em outras plataformas de acesso aberto;
- Obras que ficam disponíveis gratuitamente por determinado período de tempo, e posteriormente voltam a ser comercializadas por venda ou assinatura;
- Obras disponíveis gratuitamente apenas a certos grupos de usuários, ou a uma determinada faixa de IPs;
- Obras disponíveis gratuitamente, mas que para acessá-las é necessário fazer *login* ou fornecer informações de usuário.

O acesso aberto de artigos de periódicos ocorre por meio das seguintes estratégias:

- Publicação de artigos em periódicos de acesso aberto. Nestes casos, todos os artigos das revistas são abertos, portanto, não é realizada assinatura ou compra de artigos para que os leitores possam acessar o conteúdo;
- Publicação de artigos abertos em periódicos híbridos. Os títulos híbridos são essencialmente periódicos fechados, ou seja, é preciso ser assinante ou comprar artigos avulsos para poder ter acesso ao seu conteúdo. No entanto, alguns artigos destes periódicos podem ser publicados em acesso aberto, caso seja optado pelo autor;
- Acesso aberto tardio, ou acesso aberto com embargo. Periódicos fechados podem tornar volumes antigos em acesso aberto, conforme período de embargo pré-estabelecido;
- Depósito de artigos já publicados em repositórios digitais, após período de embargo determinado pelo editor.

Tendo em vista as definições apresentadas sobre acesso aberto e periódicos híbridos, assim como a possível presença de conteúdo aberto na base de dados oferecida, faz-se necessário que o provedor da base apresente, na Proposta Comercial, informações sobre o conteúdo de acesso aberto que possa estar presente na base. Caso a base de dados tenha alguma política em relação aos conteúdos abertos, solicitamos que seja descrito na Proposta. Nas planilhas que serão anexadas à Proposta, para cada periódico, a provedora

deve informar a forma de publicação em relação ao acesso aberto: periódico totalmente acesso aberto; periódico com acesso aberto tardio; periódico híbrido; periódico totalmente fechado. Para monografias também deve-se indicar se consistem em publicações de acesso aberto ou acesso fechado.

Tais informações são importantes, para que se possa avaliar a presença de conteúdos de acesso aberto nas bases de dados.

5 PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

O Portal de Periódicos da CAPES é uma biblioteca virtual que oferece mecanismos de busca e visualização de periódicos, livros e bases de dados assinados pela CAPES. Desta forma, funciona como uma ferramenta de descoberta e divulgação de conteúdos para pesquisadores, docentes e discentes de Instituições de Ensino Superior e Pesquisa participantes do Programa de Apoio à Disseminação de Informação Científica e Tecnológica (PADICT). Por meio do Portal, a CAPES oferece uma infraestrutura de tecnologia da informação para acesso aos conteúdos assinados.

Além do acesso aos conteúdos, o Portal permite que os usuários realizem treinamentos *online*, que visam a divulgação do conteúdo assinado e a capacitação no uso dos mecanismos de pesquisa do Portal e das editoras que apresentam recursos de informação assinados pelo Portal.

A CAPES mantém equipes especializadas para atendimento às dúvidas dos usuários do Portal de Periódicos, suporte a problemas técnicos, manutenção da infraestrutura tecnológica, registro de conteúdos na plataforma, atualização de orientações e informações na página do Portal, elaboração de notícias de divulgação sobre os conteúdos assinados, entre outras atividades importantes para o desenvolvimento de pesquisa acadêmico-científica. Além das atividades orientadas aos usuários, a equipe do Portal na CAPES também realiza coleta de dados e análise de acesso aos conteúdos, avaliação de sugestões, orientações aos bibliotecários das Instituições de Ensino Superior participantes do Programa, estudos sobre assuntos que possam impactar nos serviços prestados como novas ferramentas de pesquisa ou novas políticas nacionais e mundiais relacionadas ao acesso à informação científica e atividades administrativas relacionadas à gestão dos contratos existentes, risco de contratação e novas assinaturas.

6 JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A presente solução compreende serviço de acesso e busca por publicações científicas. Considera-se que não é tecnicamente ou economicamente viável dividir a solução, tampouco há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, pois há perda de escala ao dividi-la. Por estes motivos, considera-se que a solução não deve ser parcelada. Ressalta-se que em certos casos, é possível a aquisição de apenas alguns módulos de uma base de dados, que se configuram como soluções individuais.

7 RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a assinatura da base de dados JCR e o consequente acesso pela comunidade acadêmica brasileira participante do PADICT para a descoberta de conteúdos relevantes indexados nas bases de dados, espera-se atender às demandas da comunidade acadêmica e de pesquisa assim como propiciar o aumento da produção científica nacional e o crescimento da inserção científica brasileira no exterior, colaborando com as atribuições da CAPES no que concerne à, ações de fomento e regulação dos cursos de Pós-Graduação e desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil.

A aquisição centralizada e otimizada de conteúdo digital, por meio da negociação direta com editores internacionais, permite maior eficiência no acesso à informação, poupando esforços logísticos e recursos na distribuição dos conteúdos, além do ganho em escala que garante maior economicidade devido à possibilidade de elevar a quantidade de acessos adquiridos e ao número de instituições.

Jaqueline Rodrigues de Jesus
Bibliotecária CRB/1 - 3353

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 275, de 4 de dezembro de 2023.** Dispõe sobre o Regulamento do Programa de Apoio à Disseminação de Informação Científica e Tecnológica (PADICT) e do Portal de Periódicos da CAPES. Brasília: Capes, 2023. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=13682>. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14822.htm. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024.** Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114802.htm. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024.** Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114822.htm. Acesso em: 04 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BROWN, Patrick et al. **Bethesda Statement on Open Access Publishing.** 2003. Disponível em: <https://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BUDAPEST open access initiative. **Prologue: The Budapest Open Access Initiative after 10 years.** Hungria: BOAI, 2012. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai10/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

CARVALHO, M. C. R. de. **Proposta de métricas de uso do Portal de Periódicos CAPES:** relatório final. Rede Nacional de Pesquisa. Projeto: Atualização Funcional e Tecnológica do Portal de Periódicos. Brasília: RNP, 2011.

CLARIVATE. **2024 Journal Citation Reports:** changes in Journal Impact Factor category rankings to enhance transparency and inclusivity. c2024a. Disponível em: <https://clarivate.com/blog/2024-journal-citation-reports-changes-in-journal-impact-factor-category-rankings-to-enhance-transparency-and-inclusivity/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

CLARIVATE. **Connecting you to intelligence with the power to transform our world.** c2024b. Disponível em: <https://clarivate.com/about-us/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

CLARIVATE. **Editorial selection process.** c2024c. Disponível em: <https://clarivate.com/products/scientific-and-academic-research/research-discovery-and-workflow-solutions/webofscience-platform/web-of-science-core-collection/editorial-selection-process/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

CLARIVATE. **Web of Science Conference Proceedings Citation Index Evaluation Process and Selection Criteria.** c2024d. Disponível em: <https://clarivate.com/products/scientific-and-academic-research/research-discovery-and-workflow-solutions/webofscience-platform/web-of-science-core-collection/editorial-selection-process/conference-proceedings-citation-index-evaluation-process-and-selection-criteria/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

CLARIVATE. **About us.** c2024d. Disponível em: <https://clarivate.com/about-us/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

COUNTER. **Code of Practice.** Journals and Databases, Release 5, Appendix A: glossary of Terms. 2020. Disponível em: <https://www.projectcounter.org/appendix-glossary-terms/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

COSTA, Teresa. A b-on e a preservação digital de periódicos eletrônicos: o projeto Portico. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 12., 2015, Évora. **Actas [...]**. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/1373>. Acesso em: 03 jun. 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de**

biblioteconomia e arquivologia. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. 451 p. ISBN 978-85-85637-35-4. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 03 jun. 2022.

GARCIA, Mônica; SILVA, Cícera Henrique da; GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. Bibliotecas acadêmicas e o desafio da gestão de acervos de periódicos eletrônicos: o caso da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 46, p. 109-120, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3971/3703>. Acesso em: 03 jun. 2022.

GRISSOM, Andrew R.; KNOWLTON, Steven A.; SCOTT, Rachel Elizabeth. Perpetual access information in serials holdings records. **Library Resources & Technical Services**. Chicago, v. 61, n. 1, p. 57-62, 2017. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/6217/8086>. Acesso em: 03 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Discussão:** preservação digital. Brasília: IBICT, 2015. Disponível em: http://wiki.ibict.br/index.php/Preserva%C3%A7%C3%A3o_Digital. Acesso em: 03 jun. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS . **Questões chave para o desenvolvimento de coleções de recursos eletrônicos:** um guia para bibliotecas. Holanda: IFLA, 2012. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/electronic-resource-guide-pt.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022.

MAX PLANCK DIGITAL LIBRARY. **Open Access 2020**. 2019. Disponível em: <https://oa2020.org/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

MAX-PLANCK-GESELLSCHAFT. **Berlin declaration on open access to knowledge in the Sciences and Humanities**. Alemanha: Max-Planck-Gesellschaft, 2019. Disponível em: <https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration>. Acesso em: 03 jun. 2022.

REITZ, Joan M. **Online Dictionary for Library and Information Science**. c2014. Estados Unidos: ABC-Clio, c2014. Disponível em: https://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_a.aspx. Acesso em: 23 jun. 2022.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação:** princípios e técnicas. 3 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

[1] (Counting Online Usage of Networked Electronic Resources) – padrão internacional para gravação e emissão de relatórios de estatísticas de uso de periódicos, livros, obras de referência e base de dados eletrônicas de forma consistente, credível e compatível, desenvolvido especificamente para este tipo de recurso.

[2] (Standardized Usage Statistics Harvesting Initiative) – protocolo padrão que define uma solicitação automatizada e o modelo de resposta para coleta de dados de uso dos recursos eletrônicos, utilizando uma estrutura de serviços da Web. O SUSHI coleta os dados estatísticos e o COUNTER formata dentro das métricas utilizadas (ver também COUNTER).

[3] (Knowledge Bases and Related Tools) é uma prática de recomendação da organização americana NISO (National Information Standards Organization). A KBART indica boas práticas para a comunicação de listas de recursos eletrônicos a partir da especificação de formatos, mecanismos de entrega, e campos de descrição, tanto para monografias quanto publicações periódicas.

[4] No Brasil, o Projeto SciELO, em conformidade com o debate internacional e visando maximizar o acesso e reutilização dos resultados de pesquisas, alterou a licença padrão adotada até 2014 (CC-BY-NC) e passou a empregar, gradualmente, o tipo de licença mais aberta do Creative Commons (CC-BY), a qual se tornou, desde 2016, o padrão de indexação para todas as coleções da Rede SciELO.

[5] Em 2012, a Declaração de Budapeste completou dez anos e publicou novo documento. Nesta edição, foram reafirmadas as estratégias da via verde e da via dourada, apresentando também novas recomendações para os próximos dez anos referentes à implementação de políticas de acesso aberto pelas instituições produtoras e financiadoras de conhecimento científico, à modelos de negócio sustentáveis, à coordenação das iniciativas, à promoção de infraestruturas e ao licenciamento do conteúdo em acesso aberto (recomendando o emprego da licença CC BY). In: Ten years on from the Budapest Open Access Initiative: setting the default to open” (Budapest[...], 2012).



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Rodrigues de Jesus, Colaborador(a)**, em 14/03/2024, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 54, inciso II, da Portaria nº 06/2021 da Capes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2338092** e o código CRC **7D369B00**.